



## Medida sobre reajuste de três taxas é aprovada sem “jabutis”

Marcos Oliveira/Agência Senado



Plenário do Senado decide retirar dois artigos que haviam sido incluídos pela Câmara no texto da MP 687/2015, que é uma das medidas de ajuste fiscal

Senado retirou da MP sobre cobranças feitas por órgãos públicos dois artigos sobre outros temas incluídos pelos deputados

Segue para a sanção presidencial o projeto de lei de conversão que autoriza o Executivo a reajustar taxas cobradas pela Ancine, pelo Cade e pelo Ibama. A medida é parte do pacote de ajuste fiscal do governo. O Senado aplicou pela primeira vez o novo entendimento da Casa de rejeitar os “jabutis”, artigos incluídos em uma MP, embora não relacionados ao seu tema. **12**

**Simplex Doméstico é prorrogado para 30 de novembro** **2**

**Invalidez pode dar aposentadoria integral a servidor** **5**

**Aumento do número de detentos desafia sistema prisional** **7**

**Pontos de Cultura dão voz à sociedade, diz gestor em debate** **9**

**Especialistas sugerem vazão menor em barragem na Bahia** **6**

### Regras para direito de resposta na imprensa seguem para sanção

Quem se julgar ofendido por jornal, revista, TV, rádio ou internet terá 60 dias para pedir à Justiça resposta com o mesmo tamanho e as mesmas características. Pelo projeto aprovado ontem, a retratação ou a retificação espontânea

do veículo de comunicação não cessará o direito de resposta nem prejudicará a ação de reparação por dano moral. Autor do projeto, Roberto Requião dedicou a aprovação ao senador Luiz Henrique da Silveira, morto em maio. **11**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Autor da proposta, Roberto Requião (D) conversa em Plenário com Dário Berger



Renan (3º à esq.), ao lado de Rose e Adams, recebe documento de Jaques Wagner

### Defesa de Dilma sobre rejeição de contas chega ao Congresso

O Congresso recebeu ontem a resposta da presidente Dilma Rousseff ao parecer do Tribunal de Contas da União que defende a rejeição das contas de 2014 do governo. Renan Calheiros disse que

enviará o documento, em que Dilma exerce o direito à defesa, imediatamente à Comissão Mista de Orçamento. Após a análise das contas pela CMO, o processo será votado no Plenário do Congresso. **3**

### Nova gestão do seguro rural passa em Plenário

O Senado aprovou a MP que passa a gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural para a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias. O instituto que administrava o fundo antes da medida foi privatizado em 2013 e no ano seguinte o TCU recomendou a mudança. A MP também altera regras de utilização do seguro por produtores rurais. **12**

### Rastreamento de veículos poderá ficar sujeito a ISS

Projeto que explicita a incidência do ISS no setor de monitoramento e rastreamento de veículos foi aprovado ontem em Plenário e segue para a Câmara. Segundo Romero Jucá, autor da proposta, os estados entendiam, equivocadamente, o rastreamento de veículos de carga como modalidade de prestação de serviço de comunicação sujeito à cobrança do ICMS. **11**

### Ministério Público deve passar a participar de acordos de leniência

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça prevê que os acordos de leniência entre órgãos públicos e empresas que cometeram ilícitos sejam acompa-

nhados pelo Ministério Público. O texto, que vai à Câmara, também amplia os efeitos da negociação à ação penal. Senadores avaliam que medida trará mais segurança jurídica. **4**



Projeto original, de Ricardo Ferraço (D), altera regras da Lei Anticorrupção



Waldemir Barreto/Agência Senado

Antes do anúncio do adiamento, Gleisi Hoffmann adiantou que governo estudava o procedimento legal para remarcar a data

# Pagamento do Simples Doméstico é prorrogado

Falhas no site destinado à emissão de guia com novos direitos trabalhistas como FGTS levou parlamentares a pedir nova data final para o pagamento. À noite, governo divulgou o adiamento, de amanhã para o dia 30

A PRESIDENTE DILMA Rousseff assinou ontem uma portaria interministerial, que deve ser publicada hoje no *Diário Oficial da União*, prorrogando até o último dia útil deste mês (30) o prazo de pagamento do Simples Doméstico. A informação é da Agência Brasil.

O prazo venceria amanhã, mas problemas no site eSocial, que emite a guia de recolhimento dos novos encargos sobre os salários dos trabalhadores domésticos, levaram o governo federal a fazer o adiamento.

As reclamações de patrões sobre as dificuldades para cadastrar os empregados e emitir as guias repercutiram no Plenário do Senado. À tarde, antes de o governo definir a prorrogação do prazo, vários

senadores se pronunciaram sobre o assunto.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) adiantou que o governo estudava remarcar a data-limite por meio da edição de um regulamento do Ministério da Fazenda ou de medida provisória.

Antes do anúncio feito por Gleisi, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) já havia cobrado a edição de uma MP para resolver o problema:

— Isso é motivo de angústia, de atrapalhão, de perda de tempo dos cidadãos brasileiros que querem cumprir as suas obrigações. É um caso que justifica plenamente a edição de uma medida provisória.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, assumiu o compromisso de discutir o tema com o Executivo.

Ana Amélia (PP-RS) ressaltou que os empregadores não podem ser punidos pela falha no sistema.

— O empregador está desesperado para ter acesso a essa guia e fazer o pagamento dos tributos. Acontece que a deficiência no sistema está atrasando — disse.

Ana Amélia foi relatora do projeto que deu origem à Lei Complementar 150/2015, que regulamentou os novos direitos dos domésticos. Simone Tebet (PMDB-MS) também sugeriu que o Poder Executivo determinasse o adiamento.

A guia única a ser emitida pelos patrões reúne os valores referentes ao FGTS, INSS, seguro contra acidente no trabalho e fundo para pagamento de multa em caso de demissão sem justa causa.

## Humberto avalia que propostas ameaçam direitos dos brasileiros

O líder do PT, Humberto Costa (PE), reclamou que, enquanto alguns insistem em mergulhar o país numa crise política, um grupo que ele chamou de “entusiastas do retrocesso” abre as portas do Congresso Nacional para temas que são um atraso.

O senador citou os projetos que tratam da terceirização, do Estatuto do Desarmamento, da exploração do petróleo do pré-sal e da demarcação de terras indígenas e quilombolas.

— Esta é a pauta que está avançando para impor novas regras à sociedade, enquanto alguns insistem em criar uma crise política neste país.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Tasso ressalta piora da crise sem que Dilma e o PT apontem um rumo

Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que a situação do país se agrava sem que a presidente Dilma Rousseff e o PT consigam apontar um rumo a ser seguido para superar as dificuldades.

Ele afirmou que é triste constatar que a presidente seja incapaz de oferecer soluções para uma crise moral e de representatividade.

— Para apontar um rumo, é necessário saber onde estamos e, principalmente, por que chegamos aqui. O pior de tudo é que a esse quadro, já trágico, soma-se a evidente falta de liderança e de autoridade por parte da presidente da República.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Congresso tem que ajudar país a superar problemas, diz Medeiros

José Medeiros (PPS-MT) chamou a atenção para a responsabilidade do Congresso na tarefa de ajudar o Brasil a superar a crise econômica.

Ele ressaltou que o país conta com regras que garantem a base legal para iniciativas capazes de solucionar a crise de governabilidade, oriunda de processo eleitoral baseado em estratégias de marketing que iludiram parte do eleitorado.

— São emendas liberadas a toque de caixa, dança das cadeiras na articulação política, reforma ministerial por encomenda. Tudo resultado do amesquinamento da grande política.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Senadores recebem europeus para discutir acordo de livre comércio

Para aprofundar o debate sobre um acordo de livre comércio entre União Europeia e Mercosul, entre outros temas, senadores receberam ontem uma delegação do Parlamento Europeu.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR), membro do Parlasul, disse que os europeus ainda não conseguiram apoio político para analisar a proposta.

Um impasse seria a possibilidade de garantir livre comércio para os industria-

lizados, oriundos principalmente da Europa, e pequenas cotas para os produtos agrícolas, vindos do Mercosul.

Requião e Fátima Bezerra (PT-RN) consideram que, se o acordo não for equilibrado, vantajoso para os dois lados, será inviável.

— Há uma consciência clara de que o tratado não pode apenas responder às exigências do comércio. Tem que ser alicerçado por uma visão geopolítica de solidariedade — ressaltou Requião.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ramón Jáuregui Atondo representou o Parlamento Europeu na audiência

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### CRA Possível fraude no Incra

8h Audiência pública interativa debate possível fraude na Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Sergipe.

### CPI DO CARE Depoimentos

9h Análise de 16 requerimentos. Depois, depoimentos do advogado Eduardo Gonçalves Valadão e do ex-diretor financeiro da Fundação Cultural do Piauí (Fundac) Halysson Carvalho Silva.

### CDH Prevenção ao suicídio

9h Audiência pública interativa debate estratégias e políticas públicas de prevenção ao suicídio. Entre os convidados, representantes do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, do Instituto de Psicologia da UnB e do Conselho Nacional de Saúde.

### CPI DO HSBC Reunião

9h30 Reunião da CPI que avalia contas secretas de brasileiros no HSBC da Suíça..

### CRE Indústria de defesa

10h Audiência interativa sobre a indústria de defesa. Depois, análise de projetos.

### CDR Plano de saneamento

10h A comissão faz a segunda audiência pública interativa para avaliação do Plano Nacional de Saneamento Básico. Às 14h, terceira audiência sobre o plano, com representantes da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades e do Instituto Trata Brasil.

### PLENÁRIO Sessão extraordinária

11h30 Pauta trancada pela MP 684/2015, que adia para fevereiro novas regras sobre parcerias voluntárias entre organizações da sociedade civil e a administração pública, e pela MP 685/2015, que permite quitar débitos tributários mesmo em discussão administrativa ou judicial.

### CDH Terceirização

14h A comissão faz audiência pública sobre terceirização, em Belém.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>  
 • Alô Senado: 0800 612211  
**Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/cidadania](http://senado.leg.br/cidadania)  
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)  
 • TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, **audiência pública da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Comissão de Orçamento vai receber a defesa da presidente e analisá-la com o parecer do tribunal; decisão final será do Plenário do Congresso

# Dilma Rousseff envia resposta à rejeição de suas contas pelo TCU

CHEGOU ONTEM AO Congresso a resposta da presidente da República, Dilma Rousseff, ao parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) pela rejeição das contas do governo referentes a 2014. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que enviará o documento de mais de 50 páginas imediatamente à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Com essa resposta, a presidente exerce seu direito de defesa antes que a CMO comece a examinar a decisão do TCU. No documento — entregue a Renan pelo ministro-chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, e pelo titular da Advocacia-Geral da União (AGU), ministro Luís Inácio Adams —, Dilma reitera a defesa já apresentada ao TCU e traz uma compilação feita pela AGU.

O contraditório foca em nove pontos que foram recomendados ao governo pelo tribunal. Os anexos reproduzem notas técnicas do Tesouro Nacional e do Banco Central, segundo a assessoria de imprensa da Casa Civil.

## Desgovernança

Em 7 de outubro, por 8 votos a zero, os ministros do TCU entenderam que o governo cometeu irregularidades na gestão das contas federais, melhorando artificialmente o resultado do Orçamento para evitar cortes de gastos em ano eleitoral. O relator do processo, ministro Augusto Nardes, disse na ocasião que a falta de transparência do governo caracterizava “um cenário de desgovernança fiscal”.

Enviada a decisão do TCU para o Senado, em 21 de outubro, Renan Calheiros decidiu conceder um prazo de 30 dias, prorrogável por mais 15, “nos mesmos moldes que se fez no âmbito do Tribunal de Contas da União por ocasião do exame técnico da prestação de contas”, para que Dilma apresentasse sua defesa.

No despacho, o presidente do Senado destacou a importância de evitar eventuais alegações de nulidade do processo com o argumento de que teria sido insuficiente o tempo dado para a defesa prévia.

Após o envio do processo, acrescido da defesa de Dilma, à Comissão Mista de Orçamento, novos prazos serão cumpridos até a votação em que se decidirá pela confirmação ou não do parecer do TCU. Só então o processo será enviado para votação no Plenário do Congresso.



Ao lado de Adams (E), Renan cumprimenta o ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, e recebe a defesa do governo Dilma

## Decisão da Comissão de Orçamento pode sair este ano

A Comissão Mista de Orçamento poderá tomar ainda neste ano a decisão sobre o relatório do TCU que pede a rejeição das contas do governo relativas a 2014. A previsão é da presidente da comissão, Rose de Freitas (PMDB-ES).

A senadora disse que o relator dessas contas na CMO, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), já vem estudando o voto do ministro Augusto Nardes que amparou a decisão do tribunal.

A presidente da CMO explicou que, no novo prazo para defender-se na comissão, o governo poderá enviar a mesma argumentação encaminhada agora ou optar por novas explicações.

Rose de Freitas acrescentou que o relator da matéria poderá convidar o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, ou o advogado-geral da União para elucidar pontos levantados pelo TCU.

Na opinião da senadora,

Gurgacz não precisará de todo o prazo de 40 dias de que dispõe para apresentar o relatório. Caso ele se antecipe, a deliberação sobre essa prestação de contas na comissão poderá ocorrer ainda em 2015.



Rose de Freitas afirma que decisão do TCU já está sendo estudada pelo relator

## Jaques Wagner diz confiar no direito do contraditório

O ministro-chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, disse confiar no exercício de defesa de Dilma sobre as contas do governo.

— Na democracia, o contraditório é a graça de tudo. Você perde num tribunal, recorre para outro. Ganha, recorre para outro. Pode ganhar ou perder. A vida é assim. Nós tivemos uma instância que tem um relatório prévio, o TCU. Evidentemente, o julgamento do Congresso é lastreado em base técnica. Não me peçam para dizer que existe interpretação única da lei, porque

a arte da democracia é o contraditório. Para isso, existem os advogados e o juiz. Agora, o que vale não é a nossa defesa, é o julgamento da CMO. Vou insistir, muita gente perde na primeira instância, ganha na segunda e confirma a vitória na terceira — disse.

O ministro disse que, ao longo do processo de esclarecimento dos pontos levantados pelo TCU, o governo resolveu encomendar pareceres jurídicos que ainda serão enviados ao Legislativo para elucidar todas as dúvidas.

Jaques Wagner afirmou que

não existe o propósito governamental de desconstruir a decisão do TCU.

— Todo julgamento é uma interpretação. Você tem, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma interpretação que foi dada pelo TCU e nós vamos debater aqui no Congresso para que, à luz da mesma lei, possamos dar outra interpretação — acrescentou.

Ele, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, explicou, estarão à disposição da CMO para esclarecimentos.

## Segundo advogado-geral, não houve prejuízo à União

O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, disse que não houve prejuízo para a União nas contas do governo referentes a 2014 e que não há elementos que justifiquem sua rejeição.

— Repasses da Caixa Econômica Federal foram considerados irregulares pelo TCU. Não há prejuízo porque a apuração

anual é a favor do governo, ou seja, a Caixa paga juros para a União — disse.

Adams disse que a defesa traz justificativas e informações que orientaram a prática do governo em todos os anos, particularmente em 2014.

— Em relação a um item, por exemplo, a questão dos decretos, há decisão do TCU

antiga, nunca rejeitada, dessa vez desconsiderada, relativamente à conformidade de prática. Segundo: uma outra área técnica do TCU emitiu parecer que contradiz parcialmente a questão da apuração de estatísticas fiscais. Então, temos que trazer ao Senado a compreensão técnica desses conjuntos de elementos.

## Parecer sobre meta fiscal será reapresentado

O relator do projeto que altera a meta de resultado primário de 2015 (PLN 5/2015), deputado Hugo Leal (Pros-RJ), divulgará novo relatório para incorporar o débito do Tesouro Nacional com FGTS, BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, que chegará a R\$ 57 bilhões este ano.

O número foi apresentado ontem pelo governo à Comissão Mista de Orçamento (CMO) e foi uma exigência da oposição para discutir o projeto. Os R\$ 57 bilhões incluem o passivo gerado em 2014 (R\$ 34,2 bilhões), acrescido das parcelas deste ano (R\$ 17,3 bilhões) e dos encargos pelo atraso (R\$ 5,5 bilhões). Esses valores devidos pelo Tesouro ficaram conhecidos como “pedaladas fiscais” e levaram o Tribunal de Contas da União (TCU) a recomendar a rejeição das contas da presidente Dilma Rousseff. A decisão final será dada pelo Congresso.

## Abatimento

Do ponto de vista fiscal, a divulgação do débito é importante porque o relatório autoriza o governo a abater o passivo da meta de resultado primário de 2015.

Com isso, o relatório autorizará o governo a ter um déficit primário de até R\$ 119,9 bilhões. A primeira versão chegava a R\$ 117,9 bilhões.

Segundo Hugo Leal, o valor divulgado ontem não chega a ser uma surpresa.

— O número guarda proporcionalidade com o que já sabíamos. A dúvida era quanto ao valor dos encargos.

Os números do passivo chegaram ontem à CMO, um dia após a reunião dos líderes do colegiado com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, em que o assunto foi discutido. Diversos parlamentares elogiaram o ministro pela disposição em conversar com a comissão e atender os pedidos, inclusive da presidente da comissão, Rose de Freitas (PMDB-ES).

— A palavra foi cumprida para que a gente possa realizar nosso trabalho — afirmou a senadora.

Rose acrescentou que pretende colocar o projeto em votação na próxima semana.

Já Lindbergh Farias (PT-RJ) cobrou do relator a mudança do resultado nominal, que o parecer de Hugo Leal projetou em -9,5% do produto interno bruto (PIB).

— O resultado nominal está superado — afirmou o senador.

(Com Agência Câmara)

# Acordo de leniência deve passar a ser acompanhado pelo Ministério Público

Texto aprovado amplia regra da Lei Anticorrupção para área penal e prevê participação do MP em tratado com empresa que cometeu ilícito

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em turno suplementar, proposta que prevê a participação do Ministério Público, desde o início, nos acordos de leniência celebrados por órgãos públicos com empresas responsáveis pela prática de atos ilícitos, a fim de atenuar sanções administrativas. Esse tipo de acordo é previsto na Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013).

De Ricardo Ferraço (PMDB-ES), o projeto (PLS 105/2015), com alterações em dispositivos da Lei Anticorrupção, já havia sido acolhido em decisão terminativa pela CCJ em 28 de outubro. Com a aprovação definitiva ontem, a proposta deverá ser enviada diretamente à Câmara. O texto acolhido pela comissão é um substitutivo do relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Com o desenrolar das investigações da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, que constatou irregularidades na Petrobras, Ferraço notou que a Lei Anticorrupção “pecou” ao não prever a participação do Ministério Público na construção dos acordos de leniência. Por isso, o projeto determina que o Ministério Público acompanhe na integralidade o procedimento, o que, na avaliação dele, dará



Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem definitivamente o projeto, que agora segue para análise da Câmara

mais segurança jurídica às partes.

Na esfera judicial, o órgão poderá até mesmo assinar os acordos de leniência de forma isolada, com a advocacia pública ou com o órgão lesado. O projeto amplia os efeitos dos acordos, hoje restritos à esfera administrativa, para incluir a ação penal. A expectativa de Ferraço é que, assim, as empresas envolvidas ficarão mais seguras para aderir.

— A proposta visa acabar

com uma omissão da lei que gera insegurança jurídica quanto aos efeitos do acordo de leniência no âmbito administrativo — afirmou o senador.

Além de corrigir a omissão, a proposta amplia de cinco para dez anos o prazo de prescrição para os envolvidos aderirem. Também livra a empresa que assinar o acordo de sanções restritivas ao direito de participar de licitações e de assinar contratos com a

administração pública.

Romero Jucá (PMDB-RR), que participou dos entendimentos que resultaram no texto final, considerou o projeto relevante para a economia do país, por dar mais segurança jurídica aos acordos de leniência. Randolfe destacou a necessidade de o Ministério Público estar presente nesses acordos e ressaltou a participação de Jucá no diálogo com os diversos interessados no assunto.

## Avança Política de Pagamento por Serviços Ambientais

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto de Blairo Maggi (PR-MT) que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. A proposta (PLS 276/2013) regulamenta o pagamento por serviços ambientais estabelecido pelo Código Florestal, disciplinando a classificação, o inventário, o cadastramento, a avaliação e a valoração de bens e serviços ambientais e seus provedores.

O relator, Roberto Rocha (PSB-MA), recomendou a aprovação do projeto com 16 emendas. Ao logo de 12 artigos, a proposta estabelece, por exemplo, a criação do Fundo Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, com possibilidades diversas de fontes de recursos, como parte dos valores arrecadados das multas por infração ambiental.

O texto também propõe a criação do Cadastro Ambiental Urbano para reunir

informações sobre os bens existentes e os serviços ambientais prestados no meio urbano.

Entre as mudanças propostas por Roberto Rocha, estão a incorporação ao texto de novos conceitos, como o de serviços ecossistêmicos, e a especificação do conceito de pagamentos dos serviços ambientais feitos mediante contrato.

O senador também incluiu a possibilidade de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado serem provedores de serviços ambientais. Outro aprimoramento foi a dispensa de licitação para a seleção e a contratação de provedores ou recebedores de serviços ambientais, assegurada a observância das exigências da legislação específica.

O texto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, depois, para a de Meio Ambiente (CMA), que dará a decisão final.

## Cooperativa poderá atuar como substituta processual de associado

Proposta que concede às cooperativas a prerrogativa de agir como substitutas dos associados em processos judiciais foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O projeto (PLS 93/2013), de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), é motivado pela falta de previsão legal nesse sentido. Como foi aprovada em decisão final, a proposta poderá ser enviada diretamente à Câmara.

O texto original dota a cooperativa de legitimidade para agir como substituta processual na defesa de direitos dos associados. São citadas, no texto, duas condições: que os atos tenham relação com as operações de mercado da cooperativa e que os poderes de substituição processual sejam expressamente previstos nos estatutos.

Emenda de Ronaldo Caiado (DEM-GO), acolhida pela comissão, adicionou outra condição: expressa autorização para a substituição processual em assembleia geral que de-



Valadares apresentou projeto para preencher lacuna na legislação

libere sobre a propositura da medida judicial.

O voto da relatora, Gleisi Hoffmann (PT-PR), foi pela aprovação. No relatório, ela observou que a iniciativa da tutela coletiva dos direitos dos cooperativados facilita a defesa de direitos de pessoas que não teriam como ingressar com ação judicial “devido a pouca expressão econômica”.

A senadora destacou a vantagem da economia processual com o tratamento coletivo. Ela apresentou emenda para limitar a substituição aos casos de defesa de direitos coletivos.

## Projeto de lei sobre torneiras automáticas receberá emenda

O projeto que torna obrigatória a instalação de torneiras automáticas em banheiros de uso coletivo será alterado pelo relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Marcelo Crivella (PRB-RJ).

O senador já havia apresentado parecer favorável ao PLC 51/2014, ontem, mas preferiu retirá-lo de pauta depois que Antonio Anastasia (PSDB-MG) fez um alerta sobre a constitucionalidade do texto.

— Compete à União legislar sobre normas gerais de direito urbanístico, cabendo a estados e municípios legislar sobre normas específicas — comentou Anastasia.

Ele considerou que iniciativa é procedente, especialmente do ponto de vista ambiental, mas representa um custo a mais, por exemplo, na construção de escolas públicas, já que a torneira automática e a manutenção dela são mais caras.

Para Simone Tebet (PMDB-MS), a ideia é interessante e o projeto, louvável. A senadora sugeriu ajustes para viabilizá-lo.

— Poderíamos começar fixando a norma para prédios públicos federais, e estados e municípios vão se adequando aos poucos.

## Providências

O relator se comprometeu a formular uma emenda com a intenção de estabelecer no projeto uma regra geral para economia de água, deixando estados e municípios aptos a tomar as providências complementares.

— Nada é tão caro quando pensamos no futuro e no meio ambiente. É importante que se entenda que, quando há escala, o preço (das torneiras) vai lá para baixo — declarou Crivella.

O presidente da CCJ, José Maranhão (PMDB-PB), ponderou que, em época de escassez de água, é preciso ensinar as pessoas a terem racionalidade no consumo.

O projeto será votado também pelas Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).



Anastasia apontou problema com a constitucionalidade da proposta

# Avança isonomia a aposentadoria por invalidez

Iniciativa, que vai a Plenário, prevê benefício integral ao servidor seja qual for o motivo da invalidez. Hoje regra só vale em alguns casos. Mudança atinge apenas quem entrou no serviço público até 2003

QUEM INGRESSOU NO serviço público até 2003 e se aposentar por invalidez permanente poderá receber proventos integrais, independentemente da causa da invalidez. A mudança nas regras da Previdência Social está prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 56/2014, aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto segue para votação em dois turnos no Plenário.

Atualmente, quem começou a trabalhar em órgão público até a publicação da Emenda Constitucional 41, em dezembro de 2003, e se aposenta

por invalidez permanente só recebe proventos integrais se a incapacidade decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.

Caso a aposentadoria decorra de outro tipo de invalidez, o valor dos proventos é proporcional ao tempo de serviço. Para Romero Jucá (PMDB-RR), relator na CCJ, a norma em vigor é discriminatória e contraria os princípios que regem a Previdência Social.

A PEC 56/2014 acaba com o tratamento diferenciado por tipo de invalidez. Para a concessão do benefício, conforme a proposta, bastará a



Relator, Romero Jucá considera a norma em vigor discriminatória; texto segue para votação em dois turnos em Plenário

constatação da incapacidade laboral por invalidez permanente, comprovada por perícia médica, como prevê o Regime Geral de Previdência Social.

Na opinião de Jucá, a isonomia é importante por não haver justificativa para tratamento diferenciado em razão da causa da invalidez. O relator ressalta, no entanto, que a

integralidade de proventos e a paridade com trabalhadores da ativa só valem para os que ingressaram no serviço público até 2003. Para os demais, o valor da aposentadoria por invalidez é calculado com base em média da remuneração do servidor, seguindo regras previstas na Emenda Constitucional 41.

Com a promulgação da emenda constitucional que resultar da aprovação da PEC 56/2014, as aposentadorias por invalidez já concedidas deverão ser recalculadas.

Jucá acatou o texto original da proposta, da ex-deputada Andreia Zito, com uma emenda de redação para ajustar a ementa da PEC.

## Vai a Plenário instalação de temporizador em sinal

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto estabelecendo que cidades com mais de 200 mil habitantes terão de instalar temporizadores (instrumentos que informam o tempo disponível de sinal verde) nos semáforos de vias urbanas de trânsito rápido. A medida terá que ser votada pelo Plenário do Senado.

De autoria do deputado Antonio Bulhões (PRB-SP), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 107/2014 torna nula a multa aplicada por avanço de sinal vermelho em semáforo sem esse instrumento de

medição do tempo. A regra começará a valer um ano após a publicação da lei que resultar da proposta.

Bulhões argumenta que o uso de temporizadores aumentará a segurança de condutores e pedestres ao reduzir as colisões provocadas por paradas bruscas de motoristas, quando da mudança do sinal verde para o amarelo.

Em voto favorável, o relator da matéria, Marcelo Crivella (PRB-RJ), argumenta que a utilização desses equipamentos permitirá aos condutores tomarem com maior segurança a decisão de prosseguir ou

parar na mudança de sinal luminoso.

O texto original não estabelecia o porte da cidade para a exigência, fixado em 200 mil habitantes por emenda de Gleisi Hoffmann (PT-PR) acolhida pela CCJ. A emenda restringiu a exigência também às vias urbanas de trânsito rápido.

Com isso, ficam excluídas vias coletoras e locais onde as velocidades máximas permitidas são de até 40 quilômetros por hora. Nessas vias, conforme a senadora, a adoção dos temporizadores em semáforos seria ineficiente.

## Audiência pública sobre cartórios tem novos convidados definidos

Requerimentos relacionados a audiências públicas foram aprovados ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Dois se referem a debate sobre proposta de emenda à Constituição (PEC 51/2015) que regulariza a situação de titulares de cartórios de notas e de registro que assumiram esses postos — sem concurso público — entre a promulgação da Constituição de 1988 e o início da vigência da Lei dos Cartórios (Lei 8.935/1994).

Requerimento de Gleisi

Hoffmann (PT-PR) pediu a inclusão do desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo Marcelo Martins Berthe. O magistrado também consta da relação sugerida por Raulo Rodrigues (Rede-AP), que incluía ainda o tabelião Leandro Augusto Neves Corrêa, do 1º Serviço Notarial e de Protesto de Maracaju (MS), a advogada Milena Guerreiro, o desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais Marcelo Rodrigues e o presidente da Associação dos Magistrados Mineiros, Herbert Carneiro.

## Otto Alencar quer punição rigorosa para racismo na internet

Otto Alencar (PSD-BA) quer punições mais rigorosas para os crimes cometidos pela internet, como os de racismo.

O senador anunciou ontem que vai apresentar emendas ao Marco Civil da Internet para facilitar a obtenção de informações do endereço eletrônico do agressor pela polícia e pelo Ministério Público.

— Eu deploro completamente isso. Crime de racismo deve ser punido com o mais alto rigor. E vejo que pela internet ele está se proliferando demais. Recentemente nós vimos um crime de racismo contra uma apresentadora da TV Globo, a Maria Júlia. Agora a atriz Taís Araújo, também da Globo, agredida pela internet — ressaltou o senador.



## Ângela Portela critica aumento do preço da energia em Roraima

Ângela Portela (PT-RR) criticou ontem o aumento da energia em Roraima. A partir deste mês, os consumidores residenciais pagarão, em média, 40,33% a mais na conta de luz; para as empresas, o aumento foi de 43,65%.

— Qual empresário vai investir em Roraima, tendo que pagar por energia tão cara e instável? E quem sofre ainda mais com isso é a população.

A senadora lembrou que a população de Roraima tem que pagar caro pela conta de luz, apesar de ter um fornecimento precário e sofrer constantes apagões, já que o estado depende de termelétricas e da energia da Venezuela. Ela espera que sejam logo resolvidos os problemas que impedem a conclusão do Linhão de Tucuruí.



## Vanessa pede apuração de irregularidades em obras no Amazonas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a apuração das denúncias do ex-secretário de Infraestrutura do estado, Gilberto Alves de Deus, de irregularidades e desvio de dinheiro em obras no Amazonas

De acordo com ex-secretário, o governo do Amazonas teria pago por obras não realizadas, por projetos básicos e executivos fraudados e por serviços de fiscalização de obras desnecessários. O prejuízo estaria na casa dos R\$ 100 milhões, disse a senadora.

— Diante da gravidade dos fatos, é necessário que o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a assembleia legislativa verifiquem essa situação, porque o maior prejudicado com isso tudo é o povo do Amazonas.



## Serra defende medidas para combater o contrabando de cigarros

José Serra (PSDB-SP) defendeu medidas que ajudem a enfrentar o contrabando de produtos de tabaco. Segundo as estatísticas que apresentou, de 30% a 40% dos cigarros consumidos no Brasil são trazidos de países vizinhos sem pagar impostos e sem qualquer controle. Ele lembrou que o protocolo internacional de combate ao comércio ilícito de produtos de tabaco foi assinado pelo governo, mas não foi enviado ao Congresso para ser ratificado com a necessária brevidade.

— É relevante atentarmos para o comércio ilegal. O que se gasta com tratamento de saúde por causa do cigarro é superior aos 21 bilhões [de reais] que são arrecadados [em impostos], apesar do recuo do consumo.



Debatedores defenderam a redução da vazão do reservatório na Barragem de Sobradinho, no Rio São Francisco, para resguardar a água própria para consumo humano

# Especialistas querem estender estoque de água

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA da Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC), especialistas defenderam a diminuição da vazão do reservatório de Sobradinho, no Rio São Francisco, na Bahia, que deverá passar dos atuais 900 para 800 metros cúbicos por segundo.

O diretor de Operação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), José Ailton de Lima, afirmou que o que está em discussão para reduzir essa vazão não é a produção de energia elétrica, porque ela já é gerada por outras fontes, mas sim estender o estoque de água do reservatório de Sobradinho ao máximo possível.

O diretor de Operação da Chesf explicou que, se não chover ou se a vazão não for diminuída, no mês de dezembro a água do reservatório acabará e será preciso usar a água do chamado volume morto da bacia. Segundo ele, o uso dessa água não é uma questão trivial, já que existem dúvidas se ela é boa para o consumo humano.

— Como não temos modelo de previsão de chuva e chegada de água, a única coisa que podemos fazer nesse momento é sermos precavidos. É tentar fazer com que a água que temos no reservatório se estenda o máximo possível — disse.

José Ailton ressaltou que a diminuição da vazão não deve ser atribuída à Chesf, mas ao interesse dos vários usos da bacia. José destacou a importância da busca conjunta de soluções para o problema. Para ele, outras áreas do gover-



José Ailton de Lima, Luís Napoleão, Fernando Bezerra Coelho, Vicente Andreu Guillo e o deputado Sergio Souza na Comissão Mista de Mudanças Climáticas

no e do Legislativo deveriam formalizar uma reivindicação ao Ibama colocando a necessidade dessa diminuição.

## Prioridade

O diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo, afirmou que já recebeu o pedido para a redução da vazão e, no máximo em uma semana, a agência divulgará nota técnica sobre o assunto. Guillo disse que, resguardado o uso prioritário da água para abastecimento humano, a ANA se manifestará pela redução da vazão.

O presidente da ANA explicou que existem limitações de uso do reservatório de Três Marias, em Minas Gerais, em trecho anterior do rio, para regular a vazão. Segundo ele, a redução da vazão de Sobradinho será feita de forma gradual e deve começar até o início de dezembro.

Vicente destacou a importância de outros órgãos e

dos estados se manifestarem sobre o assunto. Para ele, o tema deve ser visto de forma integrada e a Chesf não pode ser criminalizada em relação às decisões que tiveram que ser tomadas.

— Os estados não podem ser, em um processo como esse, meramente agentes passivos. Eles têm que entender que a reserva de água é fundamental — disse.

Ao redor do lago de Sobradinho operam muitos dos distritos irrigados implantados pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), o maior deles o perímetro Nilo Coelho, que estava sob ameaça de ficar sem água já em meados de dezembro.

No perímetro, a situação era mais crítica porque a captação para esse projeto, na sua concepção original, só permite a retirada de água do volume útil da barragem. A Codevasf já vinha executando conjunto de obras para garantir

captação da reserva morta, já que o volume mínimo útil seria atingido em meados de dezembro.

## Obras

O diretor da Codevasf, Luís Napoleão, afirmou que as obras ficarão prontas ainda em novembro. Segundo ele, existem 67 equipamentos e 145 pessoas trabalhando na obra 18 horas por dia.

— Toda a Codevasf, sem exceção, está vivenciando isso diariamente. Quero tranquilizar a sociedade. O compromisso assumido pelo governo federal, por meio do Ministério da Integração, está sendo conduzido com comprometimento, critério e exigência — disse.

Segundo o diretor, todas as entidades envolvidas estão trabalhando para evitar uma situação extrema de não ter água para produção agrícola ou para o consumo humano.

O senador Otto Alencar (PSD-BA) disse que o descaso

com o Rio São Francisco é um crime contra o povo nordestino e contra o povo de Minas.

## Revitalização

O senador defendeu a necessidade da revitalização do rio com o desassoreamento em trechos de suas calhas e explicou que esse é o melhor momento para que o governo adote a medida.

— O Rio São Francisco está marcado para morrer. O governo dorme com um paciente morrendo na fila. O governo não pode ter as vistas complacentes com uma situação dessa natureza — protestou.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou que vários projetos para minimizar o colapso hídrico no Vale do São Francisco tenham sido deixados de lado por falta de recursos.

O senador afirmou que estão faltando lideranças e partidos para impulsionar o desenvolvimento de ações nesse sentido.

# Adiada votação de texto que proíbe efeito cascata em subsídios

Novo pedido de vista na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou a votação de proposta de emenda à Constituição da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) que proíbe a vinculação automática entre subsídios (vencimentos mensais) recebidos por agentes públicos, como parlamentares e ministros dos tribunais superiores. O fato foi motivado por mais uma reformulação no parecer do relator, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Segundo Gleisi, a proposta (PEC 62/2015) se sustenta em três pilares: fim do efeito cascata no reajuste das remunerações; exigência de lei específica para aumento dos subsídios pagos pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em nível federal, estadual e municipal; e proibição de que o teto fixado pela Constituição para os subsídios deixe de ser “piso” na remuneração de agentes de alguns entes federados.

— A proposta ajusta uma deformação do pacto federativo — disse Randolfe, que, das seis emendas apresentadas à

PEC, rejeitou quatro, acolheu integralmente uma e parcialmente outra.

Clima de tensão se instalou na CCJ quando Gleisi reagiu a matéria veiculada ontem pelo jornal *Valor Econômico*. Nela, integrantes do Tribunal de Contas da União (TCU) teriam confidenciado ver nessa proposta uma “clara retalia-

ção” do Senado à rejeição das contas de 2014 do governo Dilma Rousseff pela Corte. A PEC 62/2015 quebra a vinculação garantida pela Constituição entre os vencimentos dos ministros do TCU e do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

— Apresentei essa PEC em maio deste ano, bem antes da discussão das contas

da presidenta. Nossa intenção é deixar clara essa desvinculação automática. Não estou fazendo perseguição a órgão nenhum. Dizer que é retaliação e se fazer de vítima é compactuar com a falta de transparência nas informações financeiras — desabafou Gleisi.

Romero Jucá (PMDB-RR) disse não ter “procuração” para defender o TCU, mas sustentou que, nas conversas sobre a PEC, nenhum integrante da Corte teria se referido à proposta como retaliação. O senador prometeu apresentar um destaque para derrubar a emenda de Randolfe que desvincula a remuneração dos ministros do TCU e do STJ.

Omar Aziz (PSD-AM) declarou voto contrário à proposta:

— Não há como [um Poder] intervir nos assuntos do outro.

O pedido de vista, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), foi considerado “justo e adequado” por Aloysio Nunes (PSDB-SP), que disse que a Constituição já veda o atrelamento entre subsídios de agentes federais, estaduais e municipais.



“Proposta ajusta uma deformação do pacto federativo”, afirma o relator, Randolfe Rodrigues

# Falta de verba é desafio para melhoria do sistema prisional, mostra debate

Recursos são insuficientes para zerar deficit de vagas, mas aumentar a população carcerária não significa mais segurança, destacou gestor

O FUNDO PENITENCIÁRIO Nacional (Funpen), principal fonte de investimentos no sistema prisional brasileiro, arrecadou R\$ 459 milhões em 2014, dos quais 60% são provenientes das loterias. Apesar do montante, o sistema prisional continua precário, apontou audiência pública promovida ontem pela Comissão de Infraestrutura (CI). O debate teve participação do diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Renato De Vitto, e do secretário de Administração Penitenciária de São Paulo e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Lourival Gomes.

A situação preocupou os senadores Garibaldi Alves (PMDB-RN), Lasier Martins (PDT-RS), Waldemir Moka (PMDB-MS), Dalírio Beber (PSDB-SC) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que participaram do debate.

— A verba disponível é ínfima. É irônico que dependamos das loterias para o sistema

carcerário — resumiu Lasier, autor do requerimento para a audiência.

A população carcerária brasileira, sublinhou De Vitto, é de 607 mil presos, acomodada em 377 mil vagas nas penitenciárias — ou seja, há um deficit de 230 mil vagas. Desse total, o governo federal responde diretamente por 3 mil detentos.

Nos últimos quatro anos, disse o diretor, o Funpen apoiou obras de construção ou ampliação de presídios estaduais que resultaram em 45 mil vagas. Porém, no mesmo período, o sistema prisional recebeu 95 mil novos detentos.

— O crescimento da população penitenciária não é compatível com o PIB. Se tivéssemos R\$ 15 bilhões para acabar com o deficit, quando as vagas fossem entregues, já não seriam suficientes — disse.

Ele observou ainda que a segurança pública não se limita à construção de penitenciárias.

— Pulamos de 90 mil presos, em 1990, para 607 mil presos, em 2015, e ninguém acha

que a sensação de segurança melhorou com o aumento da população penitenciária. A incidência criminal é muito pior em 2015 do que era em 1990 — disse.

Ao lado da construção de presídios, frisou, o Estado deve buscar alternativas penais, como a melhoria dos critérios de aplicação da pena e a liberdade condicional, com monitoramento por tornozeleira eletrônica, além de reforço à política de reintegração social, para evitar a reincidência.

Ao frisar que o tráfico de drogas é a principal causa de prisões, Moka pediu atenção às fronteiras.

— Temos uma concentração da Polícia Federal combatendo os traficantes no Rio e em São Paulo, quando você tem uma extensa fronteira aberta. É uma contradição: você deixa entrar para depois combater, quando deveria impedir a entrada de drogas e armas — opinou.

Para Vanessa, o Estado deveria investir no trabalho dos detentos, que poderiam, por

exemplo, produzir os alimentos que consomem.

Em resposta a Dalírio Beber, Lourival Gomes disse acreditar que a ampliação das parcerias público-privadas pode ajudar a melhorar a gestão do sistema.

## Projeto do Senado

Em outubro, a Comissão do Desenvolvimento Nacional, que trata dos projetos da Agenda Brasil, aprovou projeto que determina que o orçamento programado para o Funpen não será contingenciado. O texto (PLS 25/2014 — Complementar), de Ana Amélia (PP-RS), também proíbe imposição de limites à execução da programação financeira relativa às fontes do Funpen, exceto quando houver problemas na arrecadação.

O projeto segue a linha do Supremo Tribunal Federal (STF), que em setembro obrigou o Executivo a liberar recursos do Funpen que estavam contingenciados. A proposta da senadora chegou a ser citada durante o julgamento do STF.

## CPI vai ao Rio discutir mortes de jovens

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga o assassinato de jovens faz amanhã, às 9h30, audiência pública interativa para debater a violência no Rio de Janeiro.

Lindbergh Farias (PT-RJ), relator da comissão, sublinha que 10 mil jovens foram assassinados no Rio de 2002 a 2012.

— A situação é inconcebível em um país que foi capaz de promover transformações sociais relevantes nos últimos anos, com queda da desigualdade social e a retirada de 56 milhões de pessoas da linha da pobreza.

Para ele, a audiência no local é imprescindível para subsidiar o trabalho da CPI com o propósito de esclarecer e investigar a violência contra jovens no país.

Para a reunião, foram convidados representantes da Anistia Internacional, do Observatório de Favelas, da ONG Viva Rio, do Ministério Público do Rio de Janeiro, da Defensoria Pública do Estado, da polícia militar e da polícia civil. Também estarão presentes integrantes da Secretaria de Segurança Pública, da Vara de Infância e Juventude do estado e professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Já a audiência da CPI marcada para ontem foi adiada para quarta-feira. O objetivo é discutir com secretários de Segurança do Rio de Janeiro, da Bahia, do Ceará e de São Paulo dados sobre homicídios de jovens.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Garibaldi, presidente da comissão, entre De Vitto e Lourival Gomes: aumento do número de detentos de 90 mil para 607 mil em 15 anos foi um dos pontos debatidos

## Torcedor de clube punido poderá ver jogo em estádio

Torcedores de clubes envolvidos em episódios de violência e punidos com a realização de partidas com portões fechados poderão ter o acesso liberado aos estádios. A permissão consta em projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto (PLC 121/2014)

muda o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei 10.671/2003).

A proposta aprovada libera a entrada apenas daqueles que não estiverem envolvidos na agressão. As torcidas organizadas que promoverem violência nos estádios continuarão a responder civilmente por danos causados aos associados

e permanecerão proibidas de comparecer aos jogos do time.

A proposta já havia sido aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e, na CCJ, recebeu parecer favorável do senador Acir Gurgacz (PDT-RO). O PLC 121/2014 será examinado, agora, pelo Plenário do Senado.

## Animal ferido em acidente deve ser retirado da via

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta que autoriza o policial, em caso de acidente de trânsito, a ordenar a remoção imediata de animais que tenham sofrido lesões ou ferimentos. A remoção será feita independentemente de exame do local, conforme estabelece o texto aprovado (PLC 116/2014).

A legislação atual permite que autoridades removam de locais de acidentes pessoas lesionadas. A proposta acrescenta a permissão para o caso de animais.

A retirada do animal ferido pode ser feita mesmo que haja perícia posterior e não deve impedir o esclarecimento das causas do acidente.

O autor da proposta, depu-

tado Ricardo Izar (PSD-SP), destacou, na justificativa do texto, que cabe ao Estado zelar pela fauna e protegê-la. Para ele, o projeto visa cumprir o que determina a Constituição e o que consta na Declaração Universal dos Direitos dos Animais, da qual o Brasil é signatário.

A proposta seguirá para votação em Plenário.

## Avança regulamentação da profissão de educador social

A regulamentação da profissão de educador social foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O PLS 328/2015 prevê que a atividade terá caráter pedagógico e social, “devido estar relacionada a ações afirmativas, mediadoras e formativas”. A proposta recebeu voto favorável do relator, Paulo Paim (PT-RS). Agora, será votada pelas Comissões de Educação e Cultura (CE) e de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto estabelece que as atribuições do educador social podem ser exercidas dentro ou fora do espaço escolar tradicional e envolvem a promoção dos direitos humanos, da cidadania e da educação ambiental. O público-alvo são pessoas em

situação de risco de exploração física e psicológica e segmentos excluídos socialmente, como mulheres, crianças, adolescentes, negros, índios e homossexuais.

— No momento em que apresentamos este projeto, encontra-se em funcionamento a Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens. Os depoimentos ouvidos até o momento afirmam que os jovens negros, pobres e de baixa escolarização são as vítimas preferenciais. Ora, se esse é o perfil das nossas vítimas, acreditamos que o educador social seja o profissional capaz de mudar o cenário — justificou o autor do projeto, Telmário Mota (PDT-RR).

# Parceria nos salões de beleza não é consenso

Para sindicatos, projeto que permite contratos com profissionais fora da CLT retira direitos trabalhistas, mas, para empresários e trabalhadores, garante mais autonomia

SINDICALISTAS, TRABALHADORES E empresários não se entenderam sobre a proposta que estabelece contratos de parceria entre salões e profissionais de beleza. O assunto foi tema de audiência pública das Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH).

O PLC 133/2015, do deputado Ricardo Izar (PSD-SP), flexibiliza a legislação trabalhista, autorizando os salões a firmarem contratos de parceria por escrito com cabeleireiros, depiladores, manicures, esteticistas e outros profissionais do ramo, criando as figuras do salão parceiro e do profissional parceiro.

Para o secretário-geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores, Moacyr Tesch, a ideia é mais uma forma de retirar direitos dos profissionais, com um drible na legislação trabalhista. Segundo ele, o projeto, aprovado em setembro na Câmara, é um dos “piores em tramitação atualmente no Senado”.

O diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas, Maximiliano Garcez, considera que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) oferece condições para um empreendedor manter um salão de “modo dinâmico e moderno”. A proposta de



Márcio Michelasi, Moacyr Tesch Auersvald, Marta Suplicy, Paulo Paim, Maximiliano Nagl Garcez, José Augusto do Nascimento, Achilles Cavallo e Andrezza Torres

Izar, segundo o especialista, é prejudicial também à sociedade, pois pode tornar os serviços prestados no salão mais precários.

— Em 13 anos acompanhando o Congresso, é um dos projetos mais nocivos à classe trabalhadora que eu já vi. Trata-se de um balão de ensaio para levar a precarização a outras categorias — argumentou Garcez.

## Fraude

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) também é contra o projeto. O secretário de Assuntos Jurídicos da enti-

dade, Valeir Ertle, lembrou que os trabalhadores não terão 13º salário, FGTS, férias ou auxílios em caso de doença.

— Estamos criando trabalhadores de terceira classe. Não é apenas questão de informalidade. É uma fraude mesmo. Se for aprovado, amanhã vai ter o caixa parceiro, o garçom parceiro, o vendedor parceiro. Isso faz parte da agenda negativa do Congresso, que é muito grande. A cada dia os trabalhadores são surpreendidos com notícias ruins e projetos negativos — reclamou.

O autor da proposta argu-

menta que os próprios profissionais não querem ficar submetidos a uma relação de emprego regida pela CLT e preferem a liberdade de atuação, o que pode lhes garantir melhores rendimentos.

— O profissional da beleza não quer ser registrado. Ele quer ter autonomia. Muitos deles trabalham em dois salões e querem liberdade. O projeto vai trazer para a legalidade mais de 500 mil pessoas que estão no mercado informal — afirmou Izar.

## Judiciário

Para o diretor-presidente do Sindicato dos Profissionais de Beleza e Técnicas Afins de São Paulo (Pró-Beleza), Márcio Michelasi, é impossível comparar os profissionais da beleza com domésticas, garçons e outras categorias.

— Precisamos de uma lei não por acaso, pois quem está ditando o rumo dessa profissão é o Judiciário, que tem feito o papel do Legislativo. Não podemos deixar juízes ditarem os caminhos da profissão — afirmou.

O presidente da Associação Brasileira dos Salões de Beleza (ABSB), José Augusto do Nascimento Santos, afirmou que a entidade não é contra a CLT, e a proposição regula a situação

de trabalhadores autônomos, e não celetistas.

Já o advogado tributarista Achilles Cavallo afastou a hipótese de “terrorismo” contra os trabalhadores, lembrando que existirá um contrato homologado pelo sindicato, com possibilidade de rescisão unilateral.

— Esses fantasmas não existem. No contrato, vai constar o percentual de cada parte. Não existirá escravidão e o profissional não ficará prejudicado — ponderou.

## Escolha

A relatoria do projeto está com Marta Suplicy (PMDB-SP), que chamou a atenção para as peculiaridades da categoria profissional. A senadora destacou o fato de a proposta dar o direito de escolha para o trabalhador.

De acordo com ela, o projeto tramita desde 2013 e já passou por audiências na Câmara dos Deputados e no Senado. Assim, há elementos suficientes para elaborar o relatório.

A audiência de ontem foi presidida pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), que recomendou diálogo para que divergências sejam superadas e para evitar o veto do Poder Executivo.

## Parceria

<b>CONTRATO</b>	Os salões de beleza ficam autorizados a firmar contratos escritos de parceria com cabeleireiros, barbeiros, esteticistas, maquiadores, pedicures, manicures e depiladores, resultando nas figuras dos salões parceiros e dos profissionais parceiros.
<b>HOMOLOGAÇÃO</b>	Para que o contrato entre o salão e o trabalhador tenha validade, é preciso que seja homologado pelo sindicato da categoria ou pelo órgão local do Ministério do Trabalho e Emprego.
<b>OMISSÃO</b>	Se não houver contrato formalizado, será configurado o vínculo empregatício entre o salão e o profissional.
<b>TRIBUTOS</b>	O contrato deve prever que o salão parceiro é o responsável por recolher os próprios tributos e por reter e recolher tributos e contribuições devidos pelo profissional parceiro.
<b>MICROEMPREENDEDOR</b>	O salão parceiro e o profissional parceiro podem adotar regime especial de tributação previsto no Estatuto da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/2006). O profissional parceiro pode até atuar como microempreendedor individual.
<b>OBRIGAÇÕES</b>	O profissional parceiro não pode assumir responsabilidades próprias da administração da pessoa jurídica do salão, como as de ordem trabalhista e fiscal.
<b>ASSISTÊNCIA</b>	O profissional parceiro, mesmo que na condição de pessoa jurídica, será assistido pelo seu sindicato de categoria profissional.

## Paim pede sanção sem vetos do texto que institui a desaposentadoria

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a sanção presidencial sem vetos a proposta que possibilita a desaposentadoria. A proposta encaminhada à presidente Dilma Rousseff permite a um aposentado renunciar à aposentadoria para obter o recálculo do benefício com base em novas contribuições.

— É dado esse direito ao servidor público: a qualquer momento ele pode renunciar à sua aposentadoria se voltar a trabalhar e pedir um novo cálculo. Eu quero que se estenda para os trabalhadores do Regime Geral [da Previdência] o mesmo direito, o princípio da isonomia — disse o senador.

## Cristovam quer aprovar lei que leva cientista à escola de ensino básico

Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu apoio ao projeto que obriga cientistas com bolsas financiadas por recursos públicos a fazerem palestras em escolas públicas da educação básica.

O senador explicou que o projeto (PLS 224/2012) foi aprovado pelas co-



Waldemir Borreiro/Agência Senado

missões da Casa, mas a liderança do governo pediu que o texto fosse a Plenário e agora defende o arquivamento.

— Eu quero é levar cientistas para as escolas e eles, além de falarem de ciências, vão se expor às crianças. Isso é extremamente positivo.

## Telmário elogia inclusão de alunos com deficiência em classe comum

As estatísticas do Censo Escolar revelam que 80% das pessoas com deficiência em idade escolar participam de classes comuns. O fato foi mencionado por Telmário Mota (PDT-RR), para quem isso revela uma revolução na concepção pedagógica do país.



Waldemir Borreiro/Agência Senado

Para o senador, é preciso avançar até a “inclusão total”. — Em 1998, havia 200 mil alunos com deficiência na educação básica, sendo que apenas 13% estudavam em classes comuns. Em 2014 o total de matrículas era de quase 900 mil.



# Pontos de Cultura precisam de verba, diz diretor

Em audiência sobre o Cultura Viva, representante do governo afirmou que são necessários recursos para atender demanda atual e ampliar rede, que hoje oferece 4,5 mil pontos

O MINISTÉRIO DA Cultura deve contar neste ano com recursos diretos ao redor de R\$ 50 milhões para apoiar projetos de organizações sociais que formam a rede de Pontos de Cultura, selecionadas para realizar atividades de impacto sociocultural em suas comunidades. Mesmo sendo o maior orçamento da pasta para um conjunto específico de ações, os recursos são insuficientes frente à demanda atual e aquém do que exige a meta de ampliação da rede.

A avaliação foi feita ontem pelo diretor da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, Alexandre Santini, em audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A secretaria é a gestora do Programa Cultura Viva, que tem como principal ação estruturante os Pontos de Cultura. Segundo Santini, hoje já são 4,5 mil pontos instalados em cerca de mil municípios de todos os estados, beneficiando aproximadamente 8 milhões de pessoas. A meta é ter 15 mil pontos até 2020.

A audiência foi organizada para tratar do Cultura Viva, com foco nos Pontos de Cultura. O requerimento foi apresentado pelos senadores Romário (PSB-RJ), presidente da comissão, e Lídice da Mata (PSB-BA), que dirigiu os trabalhos e fará relatório sobre o programa.

O Cultura Viva é uma das políticas públicas que a CE decidiu avaliar este ano. A medida é uma determinação regimental, que obriga todas as comissões técnicas do Senado a avaliar a cada ano políticas públicas no seu campo de atuação.

O representante do Ministério da Cultura explicou que



Lídice coordena debate entre Santini e Barbosa: Programa Cultura Viva é uma das políticas públicas que serão avaliadas pela Comissão de Educação neste ano

podem se organizar como Pontos de Cultura entidades sem fins lucrativos, grupos ou coletivos de natureza ou finalidade cultural, com ou sem constituição jurídica. As entidades podem atuar em redes, trocando metodologias, experiências, produtos e formando circuitos culturais.

— O Cultura Viva aposta no protagonismo da sociedade. O Estado dispõe de recursos para que a sociedade possa realizar suas iniciativas culturais, e não para dizer o que aqueles grupos ou setores devem fazer — afirmou.

## Convênios

No início, o Ministério da Cultura conduziu de modo autônomo o programa, mas depois adotou a sistemática de convênios com estados e municípios, que respondem pela seleção das entidades culturais segundo as regras dos editais. Estados e prefeituras são obrigados a garantir contrapartida para viabilizar os convênios, que podem variar entre 30% e 50% dos valores aportados pelo governo federal. Por isso, observou Santini, o Cultura Viva tem um orçamento que vai muito além dos recursos do próprio ministério.

Santini explicou que os novos editais não impedem que entidades já apoiadas possam concorrer e ganhar financiamentos para seus projetos, inclusive porque é importante que aqueles pontos culturais tenham atuação contínua. Ainda assim, afirmou que o grau de renovação é elevado, pois é necessário comprovar capacidade de execução para poder celebrar novo convênio, o que nem sempre acontece.

Em resposta à senadora Fátima Bezerra (PT-RN), Santini informou que a pasta não vem adotando prazos para novos convênios, mantendo sempre aberta a possibilidade de adesão por parte de estados e municípios, o que ajudaria a avaliar a real demanda pelo programa. Disse que apenas o estado de São Paulo celebrou convênio para mais 300 novos Pontos de Cultura no ano que vem. No caso da Bahia, está em curso convênio para outros 127 pontos.

O representante do ministério apelou aos parlamentares para que destinem ao Cultura Viva recursos de emendas parlamentares, individuais ou coletivas, como alternativa para fortalecer o programa. Segundo ele, a sociedade será

amplamente beneficiada com a ampliação da rede de Pontos de Cultura — a seu ver, “um potente articulador dos potenciais de suas comunidades”, sobretudo de sua juventude.

— O jovem que está no ponto de cultura não está ocioso, não está na rua, não está na droga. A cultura traz para ele uma dimensão de pertencimento, de cidadania e de integração na sociedade. Esse é o papel fundamental que o Ponto de Cultura cumpre na base da sociedade — justificou.

Yuri Soares Franco, da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, ressaltou a importância do programa. Para ele, a iniciativa é uma inovação que marcou “uma virada” na percepção do Estado sobre como efetivar a cultura: o papel de agente realizador é substituído pela função de apoiador, passando a reconhecer os pontos culturais e as redes que já existem. A seu ver, o programa pode ajudar na construção de uma sociedade mais inclusiva, que respeite a diversidade, com menos preconceito.

— Cultura é essencial para a gente dar um salto qualitativo e civilizatório no país — afirmou.

Para Franco, no entanto, são necessários muitos aper-

feiçoamentos, a começar pela regulamentação de itens pendentes da lei que transformou o Cultura Viva em programa permanente.

## Falta de protocolos

Também participou do debate Frederico Barbosa, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que integrou um projeto de avaliação do Cultura Viva quando o programa contava ainda com 2,6 mil Pontos de Cultura. Entre outros resultados, ele citou a falta de instrumentos jurídicos e de gestão, por parte do Estado, para desenvolver de modo efetivo políticas com o formato do programa.

O pesquisador mencionou a ausência de protocolos claros no que se refere a procedimentos e arcabouço normativo que assegurem maior estabilidade e segurança jurídica para que as entidades envolvidas possam agir com mais desenvoltura na realização dos projetos. Hoje, no lugar dos convênios, considerados inadequados para regular as relações com as entidades, vem sendo adotado o termo de compromisso cultural, de modelagem mais simples.

# Senadores divergem sobre repasse de fundo constitucional

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) debateu ontem a possibilidade de repasse de mais recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) para a região do Entorno do Distrito Federal (DF). O assunto não é consenso entre autoridades do Distrito Federal e de Goiás. O FCO deve distribuir neste ano cerca de R\$ 6 bilhões para projetos e programas que buscam o desenvolvimento do Centro-Oeste.

O fundo, criado em 1988, tem como objetivo financiar obras de infraestrutura e projetos de empresas e de produtores rurais voltados para geração de empregos e produção de alimentos, entre outros.

O senador Ronaldo Caiado



Redistribuição de recursos do fundo não obteve consenso no debate, coordenado pelo senador Davi Alcolumbre (4º à esq.)

(DEM-GO) defendeu a redistribuição de mais da metade dos recursos destinados ao Distrito Federal para os municípios que fazem divisa com a capital. Ele justificou que, enquanto o DF tem a maior renda per capita do país, municípios

goianos como Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas sofrem com o desemprego, o tráfico de drogas e a violência.

Atualmente, Goiás e Mato Grosso recebem cada um 29% do FCO, Mato Grosso do Sul fica com 23% e o DF tem

direito a 19%.

— Estou diante de um quadro de urgência urgentíssima. E para quadro de urgência urgentíssima tem que ter tratamento de choque. O que custaria Brasília continuar com 9% e repassar 10% para

essas áreas? Em vez de serem cidades-dormitórios de Brasília, elas seriam cidades com desenvolvimento — disse Caiado.

O senador Hélio José (PSD-DF) lembrou que grande parte dos moradores do Entorno trabalha e depende dos serviços públicos oferecidos em Brasília, como transporte e saúde. Ele criticou a proposta e lembrou que Brasília já repassa grande parte das verbas do FCO para projetos no Entorno.

— Brasília não é um mundo só da nossa capital. Brasília tem toda uma região muito sofrida e carente e que precisa de muito investimento. Não é possível. É inconcebível para Brasília ser prejudicada com essa redistribuição do FCO.



À lado do senador João Alberto Souza (E), o relator Eunício Oliveira (de pé) cumprimenta o deputado Rogério Mendonça

## Avança MP que compensa usinas por deficit de energia

Medida provisória, que precisa passar pelos Plenários da Câmara e do Senado, contribui para o governo ser bem-sucedido no leilão de concessão de 29 hidrelétricas marcado para o dia 25

FOI APROVADO ONTEM o relatório de Eunício Oliveira (PMDB-CE) sobre a medida provisória que trata da repactuação do risco hidrológico de geração elétrica. A MP visa compensar o deficit na geração das usinas hidrelétricas em razão da escassez de chuvas dos últimos anos.

A proposta (MP 688/2015) passou com voto contrário da oposição na comissão mista que faz a análise prévia do tema. Os opositoristas acusam o governo de penalizar os consumidores. Transformado em projeto de lei de conversão, o texto ainda será votado nos Plenários da Câmara e do Senado.

Segundo a MP, as geradoras poderão escolher se querem assumir um risco pela energia contratada a partir de 2016. Uma parte desse risco será

coberta por um prêmio pago pelos geradores aos distribuidores, como um seguro, que será utilizado para reduzir a tarifa. Isso se dará por meio de repasses da conta de bandeiras tarifárias, cobradas dos consumidores.

O governo assegurou que a mudança não vai ser cobrada nas contas de luz deste ano, o que não impediu as críticas da oposição.

— Essa MP é a mais perversa das iniciativas do governo contra o consumidor — criticou o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), afirmando que o objetivo do governo é pegar com os usuários os recursos para “cobrir o furo do Orçamento da União”.

O Ministério de Minas e Energia espera que a medida provisória seja aprovada antes de 25 de novembro, nova data

do leilão de 29 usinas hidrelétricas cujas concessões serão refeitas. As regras trazidas pela MP podem contribuir para valorizar os contratos.

Caso tenha sucesso no leilão, o governo federal espera arrecadar R\$ 11 bilhões neste ano e R\$ 6 bilhões no primeiro semestre de 2016.

Eunício acatou 18 das 76 emendas apresentadas. Uma delas permite que, em caso de atraso na entrada em operação de empreendimentos de geração e transmissão por conta de eventos externos, sem responsabilidade dos concessionários, o prazo dessas concessões poderá ser prorrogado por período idêntico. Em outra, foram incluídas as pequenas centrais hidrelétricas no rol de empreendimentos atendidos pela repactuação do risco hidrológico.

## Venda de imóveis da União volta a ser analisada na quarta

Relatório sobre a medida provisória (MP) que autoriza e regulamenta a venda de imóveis da União deve ser votado na próxima quarta-feira pela comissão mista que faz a análise prévia do texto.

O parecer do deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), favorável à aprovação da MP

691/2015, foi apresentado ontem, quando houve pedido de vista coletiva do texto.

Segundo a MP, os ocupantes dos imóveis e terrenos, desde que cadastrados na Secretaria do Patrimônio da União, poderão adquirir permanentemente a propriedade mediante pagamento do valor de mer-

cado, acrescido de eventuais melhorias promovidas.

Apenas os imóveis e terrenos incluídos em uma futura portaria do Ministério do Planejamento poderão ser vendidos nos termos do projeto. Caso aprovado na comissão, o texto será analisado pelos Plenários da Câmara e do Senado.

## Medida obriga servidor afastado a arcar com contribuição patronal

Representantes do funcionalismo debateram ontem a medida provisória que obriga o servidor público licenciado ou afastado sem remuneração a continuar contribuindo para o regime previdenciário. Eles foram ouvidos na comissão mista encarregada de fazer a análise prévia do texto.

Contrários à MP 689/2015, os servidores argumentaram que a medida coloca “num mesmo balaio” os que se afastam por razões pessoais e os que precisam passar um tempo longe do trabalho.

Elisa Pinchemel, da Associação dos Familiares de Servidores do Itamaraty, disse que a MP prejudica os funcionários públicos casados com servidores do Ministério das Relações Exteriores que trabalham fora do país. Ela enfatizou que há uma redução na renda familiar quando o servidor tem que se licenciar para acompanhar o cônjuge. E se houver a obrigatoriedade de pagamento total da contribuição à Previdência, o rombo será ainda maior.

Pelo texto, além de contribuir com a própria parte, o funcionário terá de arcar com a parcela devida pelo órgão empregador.

Os servidores contribuem com 11% do salário total para o Regime Próprio de Previdência do Servidor da União (RPPS). O órgão empregador entra com outros 22%. A medida provisória triplica o pagamento previdenciário pelo servidor afastado ou licenciado sem salário (33%).

Outra crítica é que a contribuição integral afeta os que se licenciam para integrar diretorias de sindicatos ou associações. Há ainda danos para quem tem de se ausentar temporariamente do serviço para capacitação ou para cuidar de parentes doentes.

— A economia feita é ridícula. No Banco Central, a economia representa 0,0009% da folha de pagamento — disse o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do BC, Daro Marcos Piffer.

Para os debatedores, a medida também contraria a Constituição. De acordo com o texto original da MP, a regra passaria a valer a partir de 1º de janeiro do ano que vem.

O presidente da comissão mista, senador Paulo Rocha (PT-PA), disse que outras audiências públicas serão marcadas para discutir a MP 689/2015.

## Secretaria da Juventude não pode acabar, aponta debate

Parlamentares defenderam a permanência da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) na estrutura do governo federal. O debate foi feito durante audiência pública da comissão mista da Medida Provisória 696/2015, que redesenhou a estrutura e as competências de ministérios e órgãos da Presidência.

O relator-revisor, deputado Afonso Florence (PT-BA), sugeriu que seja revisto o critério de corte de cargos comissionados da secretaria.

— Acho que a SNJ tem de permanecer, mas temos de advogar a transigência do Planejamento sobre o corte de DAS [cargos de direção e assessoramento superiores].

Para o relator na comissão, Donizeti Nogueira (PT-TO), a secretaria da Juventude deveria estar ligada à Presidência. Ele criticou a necessidade de alterar a estrutura administrativa federal.

— Acho que o Estado é pequeno. Só vamos fazer a reforma porque a sociedade nos deu um Congresso reacionário. Tivemos de dar essa contrapartida para o sistema.

Representante do Ministério do Planejamento, Genildo Lins garantiu que a alteração da estrutura do Executivo não levará à redução de programas do governo. Segundo ele, “todas as ações serão executadas e mantidas”.

(Com Agência Câmara)

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Edição:** Sílvio Burle  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Senado aprova direito de resposta na mídia

Projeto de lei de Roberto Requião, que fixa prazo de 60 dias para apresentação do pedido à Justiça, teve a votação concluída após tramitar por 4 anos e segue para sanção

**VAI À SANÇÃO** da presidente Dilma Rousseff projeto de lei que estabelece procedimentos para o exercício do direito de resposta por pessoa ou empresa em relação a conteúdo divulgado pela imprensa. O texto (PLS 141/2011) foi aprovado ontem no Plenário do Senado.

De acordo com a proposta, de Roberto Requião (PMDB-PR), o ofendido terá 60 dias para pedir o direito de resposta ou a retificação da informação. O prazo conta a partir de cada divulgação. No caso de divulgações sucessivas e contínuas, conta a partir da primeira.

O projeto considera ofensivo o conteúdo que atente contra a honra, a intimidade, a reputação, o conceito, o nome, a marca ou a imagem de pessoa física ou jurídica.

A resposta deverá ter o mesmo tamanho e as mesmas características da matéria considerada ofensiva, se publicada em mídia escrita ou na internet. Na TV ou na rádio, deverá ter também a mesma duração e alcance territorial.

— É um direito da cidadania, o direito ao contraditório, de defesa de qualquer pessoa



Roberto Requião, autor da iniciativa, dedicou a aprovação final ao senador Luiz Henrique da Silveira, morto em maio

agredida por um meio de comunicação — ressaltou Requião, que dedicou a aprovação final da iniciativa ao senador Luiz Henrique da Silveira, morto em maio, pouco tempo após enfrentar denúncias do uso da sua influência política para encaminhar pacientes a hospital público, furando a lista de espera do Sistema Único de Saúde (SUS) e prejudicando outros pacientes.

## Dano moral

No projeto original, aprovado pelo Senado em setembro de 2013, a retratação espon-

tânea do veículo cessaria o direito de resposta, mas não impediria a possibilidade de ação de reparação por dano moral.

Na Câmara, que analisou o texto em seguida, os deputados alteraram esse trecho da proposta, determinando que a retratação ou a retificação espontânea não cessará o direito de resposta nem prejudicará a ação de reparação por dano moral.

Humberto Costa (PT-PE) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) parabenizaram Requião pelo projeto, que considera-

ram uma contribuição para a democracia. Eles criticaram o “abuso da liberdade de expressão e a certeza da impunidade” para “atacar biografias, fazer jogo político rasteiro e divulgar calúnias”.

— Muitas vezes, mais importante que a reparação é o restabelecimento imediato da verdade. É um posicionamento do Poder Judiciário, especialmente em atividades políticas como a nossa, em que a credibilidade é o principal capital que cada um tem — afirmou Humberto.

O relator, Antônio Carlos

Valadares (PSB-SE), acolheu emenda da Câmara para garantir ao ofendido, se assim o desejar, o direito à retratação pelos mesmos meios em que se praticou a ofensa.

— Esta iniciativa preenche um vazio profundo na legislação brasileira. As pessoas são atacadas e a mídia não leva a sério o sofrimento causado ao ofendido e a sua família sobre qualquer acusação que não esteja de acordo com a verdade.

Valadares rejeitou emenda da Câmara que suprimia artigo do texto original para restabelecer o direito ao ofendido de dar a resposta ou retificação no rádio ou na TV por meio de gravação de áudio ou vídeo autorizado pelo juiz.

Esse entendimento não foi unânime entre os senadores e teve oito votos contrários. Na opinião de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o artigo configura abuso do direito de resposta transformado em instrumento de promoção pessoal ao ocupar o lugar do locutor ou apresentador de TV.

— A lei, sem esse dispositivo, garante já ao ofendido todas as condições de repor a verdade — defendeu.

## Serviço de rastreamento veicular poderá ter incidência de ISS

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto que explicita a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) no setor de monitoramento e rastreamento de veículos. O PLS 501/2013 — Complementar, que faz parte das propostas do pacto federativo, segue para análise da Câmara dos Deputados.

Para o relator, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), a proposta é uma forma de “pacificar um limbo jurídico”.

Reguffe (PDT-DF) elogiou o texto por permitir o aumento da arrecadação no Distrito Federal.

Já para Romero Jucá (PMDB-RR), autor da iniciativa, a providência é necessária porque

os estados, equivocadamente, entendiam o rastreamento de veículos de carga como uma modalidade de prestação de serviço de comunicação sujeito à cobrança do ICMS.

Segundo Jucá, os governos estaduais chegaram a firmar convênio no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), limitando

em 12% a alíquota incidente sobre aqueles serviços.

A Lei Geral de Telecomunicações distingue os serviços dessa área dos chamados serviços de valor adicionado, a exemplo dos oferecidos pelas empresas de tecnologia de informação veicular (TIV).

O PLS altera a redação da lista de serviços anexa à Lei

Complementar 116/2003, que enumera os serviços sujeitos ao pagamento de ISS, acrescentando os serviços de rastreamento e explicitando que, entre esses serviços, sejam incluídos os realizados por empresas de TIV, por telefonia móvel, transmissão por satélites, rádio e qualquer outro meio.

## Anistia a policial e bombeiro vai a sanção

Foi aprovado ontem pelo Plenário projeto que anistia policiais e bombeiros militares de 19 estados e do Distrito Federal que participaram de movimentos grevistas de reivindicação por melhores salários e condições de trabalho. O benefício consta do PLC 17/2015, que agora segue para sanção presidencial.

O Código Penal Militar proíbe os integrantes das corporações de fazerem movimentos reivindicatórios ou greve, assim como pune insubordinações. A anistia valerá para a participação nos movimentos ocorridos entre 13 de janeiro de 2010 — data de publicação de outra lei de anistia (Lei 12.191/2010) — e a data de publicação da futura lei. Crimes tipificados no Código Penal civil não serão anistiados.

O projeto abrange policiais

e bombeiros militares grevistas de Amazonas, Acre, Mato Grosso do Sul, Paraná, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia, Sergipe, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina, Tocantins e Distrito Federal.

A proposta foi relatada pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA), que afirmou que a anistia é justa porque os militares participaram apenas de “movimentos reivindicatórios”, aos quais têm pleno direito.

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) foi o único a se manifestar contrário à proposta. Ele argumentou que os policiais e bombeiros militares, como o restante das Forças Armadas, devem se submeter aos princípios da hierarquia e da disciplina, que seriam

violados com a promoção de uma greve. Além disso, ele disse acreditar que a medida não levou em conta os interesses da população:

— É uma anistia concedida sem levar em conta a gravidade dos fatos e as consequências para a população. Quando a polícia faz greve, não agride o governo. A vítima é a população, que fica desassistida.

O senador Otto Alencar (PSD-BA), que era vice-governador da Bahia durante uma das greves, relatou que se posicionou contra o movimento na época e que não faz política “atrás de voto da PM”. No entanto, ressaltou que é preciso dar aos policiais e bombeiros grevistas a oportunidade de voltar ao trabalho. Para ele, os episódios devem servir de lição para que a corporação e o governo saibam negociar.

## Dário Berger lamenta morte do empresário Ângelo Fantin

Dário Berger (PMDB-SC) lamentou a morte, em 30 de outubro, do empresário Ângelo Fantin, aos 87 anos.

Italiano, Fantin chegou ao Brasil aos 22 anos e se estabeleceu no oeste catarinense, onde, em São Lourenço do Oeste, fundou a Parati Alimentos, em 1972.

Berger ressaltou que o trabalho da empresa busca a melhoria dos produtos por meio de investimentos em pesquisa. Por isso, disse, os biscoitos, massas, achocolatados, sucos e chás são conhecidos em todo o país.

— Foi também pela visão social de Fantin que milhares de jovens participaram e até hoje participam do Projeto Moleque Bom de Bola — afirmou o senador.

## Fátima homenageia Djalma Maranhão, ex-prefeito de Natal

Fátima Bezerra (PT-RN) homenageou Djalma Maranhão, que tomou posse, em 5 de novembro de 1960, como o primeiro prefeito eleito de Natal. Segundo ela, a administração foi marcada pela valorização da cultura popular e da educação inclusiva.

— Não era apenas o ler, escrever e contar. A campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, inspirada nas ideias de Paulo Freire, era uma campanha que alfabetizava para a vida — disse, citando um dos projetos da época.

Fátima informou que sessão solene em 16 de novembro homenageará o ex-prefeito.



Waldemir Borreto/Agência Senado

# Sem “jabutis”, Senado aprova reajuste de taxas

Medida provisória que eleva cobranças feitas por Ancine, Ibama e Cade segue para sanção da presidente, após a impugnação de dois artigos não ligados ao tema central

DEPOIS DE IMPUGNAR dois artigos não relacionados ao assunto principal, os senadores aprovaram o projeto de lei de conversão que autoriza o Executivo a reajustar taxas cobradas pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e pelo Ibama. A relatora do PLV 20/2015, Ângela Portela (PT-RR), manteve 11 das 62 emendas apresentadas ao projeto, originalmente Medida Provisória (MP) 687/2015. A proposta segue para sanção.

Os dois artigos retirados haviam sido incluídos pelos deputados. A impugnação foi requerida por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), aplicando pela primeira vez o novo entendimento do Senado de não aceitar “jabutis”, como são chamados os artigos estranhos ao tema de uma MP.

Os dois jabutis tratavam da revogação de leis anteriores e da permissão de incorporação de documentos elaborados nos idiomas oficiais da Organização Mundial do Comércio (OMC) aos autos de processos de verificação de origem de produto.

## Decisão

No mês passado, respeitando decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente do Senado, Renan Calheiros, decidiu que todo artigo de assunto não relacionado que for incluído em MPs pelos deputados poderá ser derrubado pelo Senado, bastando um senador apresentar requerimento de impugnação, e a medida não precisará voltar à Câmara.

O requerimento de Aloysio foi colocado em votação pelo Plenário por Renan.

— O mais recomendável, o mais democrático, o mais

legítimo, é que essa decisão seja compartilhada com o Plenário do Senado. A última palavra da Casa caberá sempre, regimentalmente, ao Plenário — disse Renan.

## Ajuste fiscal

O PLV aprovado integra-se ao conjunto de medidas de ajuste fiscal do governo federal e tem por objetivos assegurar o aumento na arrecadação de determinadas fontes de receita e autorizar o ente tributante federal a promover a atualização monetária.

Segundo o texto aprovado, os reajustes da Ancine e do Ibama deverão ser com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), correspondente ao período entre a última atualização e a data de publicação da futura lei. No texto original, o Executivo poderia reajustar as taxas segundo um regulamento posterior.

O projeto também prevê reajuste para a taxa cobrada de empresas em processo de fusão que precisam submeter o negócio à análise do Cade.

Atualmente, para o julgamento desses processos de atos de concentração econômica, a taxa é de R\$ 45 mil e passará a ser de R\$ 85 mil a partir de 1º de janeiro de 2016.

A intenção do governo é garantir ao Cade condições de se sustentar com os valores dessa e de outras taxas de sua competência sem precisar recorrer a recursos do Tesouro Nacional. Segundo o Executivo, a arrecadação da taxa sofreu grande queda depois da entrada em vigor de uma portaria interministerial, em 2012, que aumentou de R\$ 400 milhões para R\$ 750 milhões o faturamento bruto anual das empresas que precisam entrar com pedido antecipado perante o órgão para validar processos de fusão.

A diminuição de casos de operações submetidas indevidamente à análise do Cade após novas normas editadas pelo órgão também contribuíram para diminuir a arrecadação. Em razão desses motivos e da maior complexidade de atos de concentração de grandes empresas, o gover-

no pretende reajustar o valor segundo parâmetros internacionais. Taxas semelhantes são aplicadas nos Estados Unidos (US\$ 45 mil), no Canadá (50 mil dólares canadenses) e na Alemanha (até 50 mil euros por notificação).

## Filmes nacionais

Quanto à Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), se ela for aplicada a determinadas obras audiovisuais com baixo retorno econômico, como filmes de arte, a cobrança será de 20% dos valores fixados na MP 2.228-1/2001. A cobrança é feita sobre os títulos exibidos, em tabela que varia entre R\$ 200 e R\$ 3 mil.

O projeto cria ainda um novo caso de incidência da contribuição de 20%, que valerá para filmes destinados à veiculação em televisão e em internet por assinatura, desde que tenham sido exibidos previamente em reduzido número de salas de exibição (até seis cópias) ou que tenham sido exibidos em festivais ou mostras e não

tenham sido explorados em cinemas.

Estimativa do governo prevê arrecadação extra de R\$ 320 milhões neste ano e de R\$ 640 milhões em 2016 e em 2017.

Nesse item, o relator incluiu outro caso de redução da taxa, que incidirá sobre CDs e DVDs de obras videofonográficas de tiragem de até 2 mil exemplares. Outra novidade é a prorrogação, de 2016 para 2017, do prazo final de vigência de incentivos à produção audiovisual constantes da Lei do Audiovisual (Lei 8.685/1993).

Em relação ao Ibama, o PLV autoriza a atualização monetária da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) e de outros serviços para os quais o órgão cobra valores. Entre esses serviços, constam a autorização anual de caça, a licença para importação e exportação de animais vivos e o registro de criadouros de espécies selvagens para fins comerciais. Tanto a TCFA como os produtos e serviços do órgão estão previstos na Lei 6.938/1981.

(Com Agência Câmara)



Walter Pinheiro (E), Renan Calheiros, Dário Berger (em pé) e Delcídio do Amaral em Plenário, ontem, durante aprovação da MP de acordo com decisão de rejeitar jabutis

## Mudança na gestão do fundo do seguro rural vai a sanção

A medida que torna a gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural atribuição da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado.

O texto aprovado é o do PLV 19/2015, decorrente da MP 682/2015. Antes da mudança, o fundo era gerido pelo Instituto de Resseguros do Brasil (IRB-Brasil), privatizado em 2013. No ano seguinte, o Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou que o seguro rural, integrante do Orçamento da União, não fosse administrado por um ente privado. O fundo será administrado pela ABGF até

a liquidação das obrigações, observando as regras fixadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados.

O relator-revisor da MP, Telmário Mota (PDT-RR), disse que o fundo foi criado para assegurar o seguro rural, abarcando inclusive questões de catástrofes próprias do campo. Foram apresentadas 27 emendas à MP, mas apenas uma foi aceita, de Waldemir Moka (PMDB-MS). A emenda estabelece que o banco que exigir a contratação de seguro rural como garantia para a concessão de crédito fica obrigado a oferecer ao financiado, no mínimo, duas apólices de diferentes seguradoras, uma

das quais não poderá ser sua vinculada.

— Vai baratear o produto e é uma forma de evitar a venda casada — explicou Moka.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), a MP colabora para o produtor rural ter uma maior representatividade no momento de conseguir os benefícios do seu seguro. Lúcia Vânia (PSB-GO) destacou a importância da medida para o agronegócio.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou a “pertinência temática” da MP. Submetida à votação, a proposta não sofreu questionamentos, foi aprovada e agora segue para sanção presidencial.

A MP também mexe em re-

gras de utilização do seguro rural. Os produtores terão direito de livre escolha da seguradora, do tipo de apólice e dos riscos cobertos quando da concessão de subvenção econômica pela União na contratação do seguro rural.

O poder público não poderá exigir a contratação de seguro rural como condição para acesso ao crédito de custeio agropecuário. Em contrapartida, poderá ser exigido do produtor o fornecimento de dados históricos individualizados sobre a atividade agropecuária a ser segurada, referentes a ciclos produtivos anteriores. A ideia é gerar dados estatísticos.

Para as empresas ou corre-

tores de seguro que realizarem sem autorização operações de capitalização, seguro, cosseguro ou resseguro, a MP ampliou as penalidades que poderão ser aplicadas. Essas mudanças poderão, inclusive, ser aplicadas a atos ainda em julgamento caso a penalidade proposta pela nova regra seja menor do que a vigente na época da prática da infração.

Um decreto do Executivo poderá fixar a remuneração da ABGF para sua nova atribuição. Aumentou também o prazo para que parte das funções gerenciais da agência passe a ser exercida por pessoal concursado.

(Com Agência Câmara)